

COM MUITO ATRASO

Orçamento foi afinal concluído

Relator tira verbas de algumas áreas sociais para garantir obras e emendas parlamentares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto de Orçamento de 2021 e chancelou a decisão do relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), de retirar cerca de R\$ 26,5 bilhões dos recursos para pagamento, por exemplo, do seguro-desemprego e da Previdência Social para bancar obras, entre outras coisas.

O texto vai ao plenário do Congresso, em sessão marcada inicialmente na Câmara e, a seguir, no Senado.

A redução dos recursos da área social, de subsídios e da Previdência foi usada para bancar o aumento da verba de outros ministérios, principalmente das pastas ligadas a obras, como Desenvolvimento Regional e Infraestrutura.

Pressão

Bittar estava sendo pressionado por deputados e senadores para ampliar o dinheiro destinado a obras e projetos com impacto político nas bases eleitorais de congressistas. Quase todo aumento foi classificado como emenda do relator, uma forma de atender à demanda.

Com isso, os congressistas ampliaram para quase R\$ 49 bilhões a fatia que devem controlar no Orçamento de 2021. O valor ainda pode ser alterado.

Aposentadorias

A redução, principalmente, nas contas da Previdência preocupa técnicos do Ministério da Economia. A tesourada nesta área foi de R\$ 13,6 bilhões.

O problema, segundo membros da equipe econômica, é que a verba para pagar aposentadorias e pensões já estava abaixo do considerado ideal. O buraco, de acordo com cálculos do começo da semana, era que a Previdência precisaria de mais R\$ 8 bilhões aproximadamente.

Em vez de corrigir o rombo, Bittar ampliou a defasagem no orçamento da Previdência Social. Segundo o relator, o corte na Previdência seria ainda maior, mas, "num esforço conjunto", foi possível minimizar a tesourada.

Bittar diz que a aprovação da reforma da Previdência e da lei do pente-fino nos benefícios com início de irregularidade possibilitaram o corte nos recursos da Previdência.

"Essas duas medidas, a reforma da previdência e a MP antifraude,



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

26,5
BILHÕES
REMANEJADOS PARA
OBRAS

de pagamentos se encerre no mesmo ano. Atualmente, os lotes começam a ser liberados no segundo semestre de um ano e acabam no primeiro semestre do ano seguinte.

O governo queria que essa redução de R\$ 7,4 bilhões na verba do abono fosse usada para reduzir a pressão sobre o teto de gasto-regra que limita o crescimento das despesas. O Ministério da Economia estimou que precisará cortar R\$ 17,6 bilhões para cumprir o teto neste ano. A conta foi feita com base na proposta de Orçamento enviada pelo governo em agosto de 2020. Portanto, o número pode ser alterado.

A tesourada no seguro-desemprego ocorre num momento de piora das expectativas da atividade econômica diante do agravamento da pandemia.

Bittar disse, no entanto, que a redução no seguro-desemprego era necessária para permitir a recriação do programa emergencial de manutenção do emprego e da renda.

serão capazes de trazer grande economia nas despesas previdenciárias, uma das maiores da União, justificando, portanto, o corte que promovemos", disse Bittar.

Abono salarial

O corte na verba do abono salarial foi de R\$ 7,4 bilhões. Esse valor não será necessário, pois o Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) decidiu adiar o pagamento do abono. Os benefícios que seriam pagos no segundo semestre foram transferidos para 2022.

O ajuste, segundo o governo, foi necessário por causa de atraso no processamento dos dados de quem tem direito ao abono e também para atender a uma recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) para que o calendário

Guedes quer contrapartida para auxílio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem em audiência no Congresso que governo e parlamentares devem trabalhar juntos em maneiras de aumentar a transferência de recursos aos mais pobres. Ele defendeu que a elevação dos recursos seja acompanhada de contrapartidas nas contas públicas.

As declarações foram dadas em resposta a senadores que o questionaram sobre a possibilidade de elevar o valor do auxílio emergencial, como Wellington Fagundes (PL-MT) e Zenaide Maia (Pros-RN). O governo definiu um pagamento de R\$ 250 ao mês em 2021, reduzido para R\$ 150 no caso de quem mora sozinho ou elevado para R\$ 375 no caso de mães solteiras.

Guedes respondeu comentando tanto o auxílio emergencial como o Bolsa Família.

Ele criticou o valor do programa social criado na era Lula, que paga um valor médio de R\$ 200, e disse estar "indignado" com os montantes pagos até hoje.

"Acho muito interessante as pessoas que ficaram anos aqui e botaram o Bolsa Família em R\$ 200. E de repente ela [senadora] me pergunta por que não é R\$ 600. Eu também estou indignado com esse valor. Não consigo entender por que ficou tantos anos assim, com um valor tão baixo", disse.

Parlamentares pressionavam e ameaçavam não votar Orçamento se não houvesse garantia maior de verbas para emendas

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 14/2021

Processo nº 60550.007190/2021-24 - Objeto: Contratação do Serviço, em caráter emergencial, sob demanda, de operacionalização de leitos de UTI com gerenciamento técnico, administrativo, fornecimento de mão de obra especializada, recursos materiais, insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, e outros necessários para o funcionamento de até 30 (trinta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para a Diretoria Técnica de Saúde do Hospital das Forças Armadas (HFA). Recebimento das Propostas: Avenida das Jaqueiras, s/nº, Setor Sudoeste, Brasília-DF, CEP 70.673-900, Pavilhão Administrativo (SEÇÃO DE AQUISIÇÕES) até às 17h00min do dia 5 de abril de 2021. Abertura dos envelopes: às 10:00 horas dia 6 de abril de 2021 na Sala Ana Nery, Pavilhão Administrativo do HFA. Local de disponibilização do Projeto Básico: no endereço indicado ou no site do HFA: www.hfa.mil.br. Informações adicionais: Telefone (61) 3966 2306 ou 2322 ou e-mail: compras6@hfa.mil.br.

Brasília - DF, 25 de março de 2021
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA